

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: bqmroeqe <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 19/06/2019 Projeto de lei nº 653/2019 Protocolo nº 4834/2019 Processo nº 1237/2019	
<b>Autor:</b> Dep. Romoaldo Júnior		

**Dispõe sobre a disponibilização obrigatória pelas escolas públicas de mobiliário adequado para destros, canhotos e pessoas com deficiência.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica obrigatória nas escolas públicas à disponibilização de mobiliário de qualidade, adequado à idade dos alunos e à sua respectiva condição de destros, canhotos e pessoas com deficiência.

**Parágrafo único** As atribuições do caput se aplicam às instituições que realizem ocasionalmente palestras, concursos ou quaisquer atividades acadêmicas.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

A falta de mobiliário de qualidade, adequado à idade dos alunos e à sua condição de destros, canhotos ou pessoas com deficiência, é um problema que afeta estudantes de todo o país.

Estima-se que a relação entre destros e canhotos seja de um canhoto para cada doze destros, segundo números da Organização Mundial da Saúde – OMS.

O aluno que é canhoto e senta numa cadeira que é para aluno destro causa uma colocação de desconforto, até mesmo na questão da coluna, postura, que não é adequada, porque ele tem que ficar um pouco torto. Aluno tem que se adequar e termina tendo um prejuízo – não que seja pedagógico, mas pode causar algum problema de ordem física.

Em nosso país, conforme dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

Estatística – IBGE, realizado em 2010, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, o que representa cerca de 45,6 milhões de pessoas.

A inclusão social da pessoa com deficiência demanda prioridade no planejamento e execução de políticas públicas, de forma a assegurar o respeito aos seus direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho, previdência e assistência sociais, acessibilidade, cultura, turismo, esporte e lazer.

Oportuno registrar que o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, lançado no dia 17 de novembro de 2011, por meio do Decreto nº 7.612, pela presidente Dilma Rousseff, tem como objetivo implementar novas iniciativas e intensificar ações que, atualmente, já são desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência.

As medidas previstas na Proposição em análise serão de alta relevância social, pois permitirão o atendimento às peculiaridades de alunos destros, canhotos e com deficiência, promovendo a inclusão social de importante segmento populacional, promovendo a socialização, integração e interação entre crianças com deficiência e as demais, favorecendo a construção de uma sociedade solidária e respeitosa.

Em Cuiabá, inclusive a lei municipal de nº 5.483, de outubro de 2011, obriga a disponibilização adequada de cadeira escolar para canhotos.

As medidas previstas na Proposição ora apresentada serão de alta relevância social, pois permitirão o atendimento às peculiaridades de alunos destros, canhotos e com deficiência, promovendo a inclusão social de importante segmento populacional, promovendo a socialização, integração e interação entre crianças com deficiência e as demais, favorecendo a construção de uma sociedade solidária e respeitosa. Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente propositura.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 23 de Abril de 2019

**Romoaldo Júnior**  
Deputado Estadual